

# CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

**JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA**

Procurador do Estado do Ceará; Professor da Faculdade de Direito da UFC.

## Introdução

Para que seja perfeita a entrega da prestação jurisdicional, além de seus requisitos formais (art. 165 c/c 458, CPC), sentenças e acórdãos - embora o CPC não o diga expressamente <sup>1</sup> - devem transparecer clareza e precisão.

Segundo afirma HUMBERTO THEODORO JUNIOR, *“é óbvio que a sentença tenha que ser clara, para evitar ambigüidades e incertezas, e cumprir a sua função de instrumento pacificador na composição de litígios”* <sup>2</sup>.

Na mesma esteira, o Min. JOSÉ DELGADO, em aresto do Superior Tribunal de Justiça, afirma que *“a entrega da prestação jurisdicional só é feita por inteiro quando todas as questões apresentadas pelas partes, desde que sejam nucleares para a decisão da demanda, são apreciadas”* <sup>3</sup>.

Pois bem, justamente diante da falta desses requisitos intrínsecos da decisão judicial, no visio de espantar ambigüidades e incertezas manifestadas no teor do pronunciamento judicial, é que aparecem os denominados embargos de declaração.

Portanto, os embargos declaratórios constituem medida judicial que tem, essencialmente, a finalidade de esclarecimento do *decisum*. Buscam completar o pronunciamento judicial omissso ou aclará-lo, afastando os indesejados vícios de obscuridade ou contradição, propiciando verdadeira atividade de “acabamento” na sentença ou acórdão proferido. O acórdão de embargos de declaração, ainda que rejeitados, complementa a decisão embar-

---

<sup>1</sup> Entretanto o CPC/1939, quando, em seu art. 280, disciplinava os requisitos da sentença, dizia que essa deveria ser clara e precisa.

<sup>2</sup> “Curso de Direito Processual Civil”, vol. 1, 2a. ed., Forense, 1991, p. 552.

<sup>3</sup> STJ - Ac. un. da 1a Turma, publ. em 9.12.96 - REsp 99.493-AM, publicado no informativo “Nossos Tribunais - COAD”, n. 18/97, verbete 78207.

gada<sup>4</sup>.

Não cabe à parte, entretanto, pela via dos embargos de declaração, fazer questionários, sem cuidar de indicar, no decisório, pontos omissos ou contraditórios, desejando somente esclarecimentos sobre sua situação futura, fato que tornaria o Judiciário um mero órgão de consulta<sup>5</sup>.

## Natureza

Sempre houve discussão doutrinária acerca da natureza jurídica dos embargos, se seriam esses verdadeiramente um recurso ou um mero incidente de esclarecimento e colmatação da sentença.

De fato, o tratamento legal trazido pelo CPC/1973, inicialmente, não foi dos mais elucidativos, haja vista que bifurcava a disciplina do instituto, introduzindo-o no capítulo “Da sentença e da coisa julgada” e, ainda, no título referente aos recursos.

Observa BARBOSA MOREIRA, que *“o estatuto de 1973 podia ter optado por uma das duas posições, mas com a indispensável coerência. O que não se afigura razoável é justamente o que se fez: bifurcar a disciplina do instituto, inserindo-a, em parte, no Título referente aos recursos, e em parte no Capítulo VIII (“Da sentença e da coisa julgada”) do Título VIII (“Do procedimento ordinário”) do Livro I (“Do processo de conhecimento”) ... O problema deveria merecer tratamento unitário, pois em substância não varia, que se trate de pronunciamentos emitidos por órgãos de primeiro grau, que por órgãos de grau superior”*<sup>6</sup>.

O tratamento homogêneo ou unitário, reclamado pelo insigne processualista, veio com a Lei n. 8.950, de 13.12.94, que trouxe o tratamento dos embargos declaratórios contra a sentença também para o título dos recursos.

Os embargos de declaração, portanto, presentemente, têm um tratamento, *ex lege*, de medida recursal.

NELSON NERY JUNIOR, embora já antes da reforma do CPC sus-

---

<sup>4</sup> STF - RT 679/255 in THEOTONIO NEGRÃO, “Código de Processo Civil e legislação processual em vigor”, 26a. ed., Saraiva, v. Art. 512:1a.

<sup>5</sup> 2º. TACIVIL: “Os embargos de declaração não constituem instrumento hábil à satisfação da pura curiosidade teórica, manifestada sem interesse em excluir eventual falta de clareza ou de precisão do ato judiciário embargado” (E Del. 472. 586 - 4ª. C. - Rel. Juiz Rodrigues da Silva - j. 30.7.97, AASP n. 2024, Ementário 09/97, p. 3).

<sup>6</sup> In “Comentários ao Código de Processo Civil”, Vol. V, 3a. ed., Forense, 1978, pp. 613/614.

tentasse a natureza recursal da providência <sup>7</sup>, comentando a nova redação do art. 535, diz, *in verbis*:

*“Foi incluído o termo ‘sentença’ no texto do CPC 535, de sorte a não deixar mais dúvida quanto à natureza de recurso ostentada pelos embargos de declaração, quer sejam contra a sentença quer contra acórdão. Restaram expressamente revogados o CPC 464 e 465, pela Lei 8.950/94 ... Com isto corrigiu-se defeito grave de sistematização, pois os embargos de declaração previstos como acórdão estavam no capítulo dos recursos (CPC 535), ao passo que os cabíveis contra sentença se situavam fora daquele capítulo, ensejando polêmica na doutrina e jurisprudência sobre a natureza jurídica destes últimos embargos, afirmando-se estarem desprovidos dos atributos de recurso em relação de sua colocação topográfica no CPC”* <sup>8</sup>.

Dessa forma, quer sejam interpostos contra sentença, quer contra acórdão, os embargos têm natureza de recurso e, nessa qualidade, sujeitam-se aos requisitos gerais de admissibilidade desses (tempestividade, cabimento, regularidade formal etc.).

## **Cabimento**

Segundo a vigente redação do art. 535 do CPC, cabem embargos de declaração perante aqueles pronunciamentos judiciais eivados de obscuridade, contradições ou omissões.

A “dúvida” já foi, outrora, considerada como hipótese de cabimento da medida de embargos.

Entretanto, costumava a doutrina criticar tal hipótese de cabimento dos embargos de declaração.

VICENTE MIRANDA, por exemplo, argumentava *“que a dúvida é um estado de espírito e, portanto, de natureza subjetiva, que nasce na mente daquele que lê a decisão e a interpreta. Não existe objetivamente. O que existe, de objetivo, é a obscuridade ou a contradição da qual ou das quais nasce a dúvida”* <sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Nesse sentido, NELSON NERY JUNIOR e ROSA MARIA ANDRADE NERY, In “Código de Processo Civil e Legislação Processual Civil extravagante em vigor”, 1a. ed., RT, p. 575.

<sup>8</sup> In “Atualidades sobre o processo civil”, 2a. ed., RT, 1996, p. 175.

<sup>9</sup> “Embargos de Declaração no Processo Civil Brasileiro”, Saraiva, 1990, p. 53.

Com o advento da reforma do Código de Processo Civil <sup>10</sup>, foi suprimido esse pressuposto de admissibilidade dos embargos.

### **Cabimento (cont...): obscuridade, contradição ou omissão**

O pronunciamento judicial obscuro ou eivado de contradição dá ensejo aos embargos (art. 535, I).

Segundo SONIA MARCIA HASE DE ALMEIDA BAPTISTA, “a obscuridade da sentença pode acontecer em decorrência de defeito na expressão do juiz, havendo falta de clareza na redação do julgado, tornando difícil a sua verdadeira inteligência ou exata interpretação”<sup>11</sup>.

ADA PELLEGRINI GRINOVER, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES GOMES FILHO e ANTONIO SACARANCE FERNANDES entendem que o tema da clareza ou da ambigüidade do decisório está, intimamente, relacionado com a linguagem nesse utilizada. Dizem os citados mestres, *verbis*:

*“A questão da clareza das decisões judiciais imbrinca-se com a da linguagem nelas utilizada. Convém evitar expressões herméticas, desnecessariamente complicadas, e modos de dizer totalmente estranhos à prática. Sem prejuízo, evidentemente, da utilização de certos termos técnicos, em regra insubstituíveis, conquanto freqüentemente inacessíveis aos leigos”* <sup>12</sup>.

Já no que tange à contradição, temos que essa significa a existência de proposições entre si inconciliáveis ou de partes da decisão inconciliáveis entre si ou de partes da fundamentação inconciliáveis com partes do decisório ou da decisão propriamente dita inconciliável com a fundamentação <sup>13</sup>.

Temos, pois, o vício da contradição, quando figuram na decisão proposições capazes de colidirem entre si.

Alguns sustentam a possibilidade de ocorrência de contradição entre a ementa e o acórdão <sup>14</sup>. Outros acham que essa “contradição” não contamina o resultado do julgamento se esse vale pelo acórdão e pelos votos nos

---

<sup>10</sup> Lei n. 8.950, de 13.12.94.

<sup>11</sup> Op. cit., p. 113.

<sup>12</sup> “Recursos no Processo Penal”, p. 230.

<sup>13</sup> Cfr. VICENTE MIRANDA, op. cit., p. 50.

<sup>14</sup> Nessa opinião: BARBOSA MOREIRA, “Comentários ...”, op. cit, p. 621ADA, p. 231; SONIA MARCIA HASE DE ALMEIDA BAPTISTA, “Dos embargos de declaração”, op. cit., p. 120.

quais se enuncia <sup>15</sup>.

Associamo-nos àqueles que, positivamente, admitem, em tese, tal espécie de contradição e, de consequência, seu reparo pela via dos embargos declaratórios, principalmente após a redação do art. 563, CPC, conferida pela Lei n. 8.950/94, que coloca a ementa como requisito formal do acórdão e parte integrante desse <sup>16</sup>.

Cabem, ainda, embargos declaratórios decorrentes de omissão (535, II).

Por força do princípio constitucional da motivação das decisões judiciais (art. 93, IX), impõe-se ao órgão julgador, quando da prolação do seu decisório, pronunciar-se sobre os elementos relevantes e pertinentes, carreados aos autos pelas partes.

A omissão ocorrerá, portanto, quando o órgão julgador deixar de apreciar questões de relevância para o desfecho do feito, quer suscitadas pelas partes, quer do conhecimento *ex officio* do julgador (v.g., condições da ação, coisa julgada, inconstitucionalidades).

Não se pode é manusear os embargos para que a parte venha suscitar matéria nova, cujo exame dependia de provocação sua, na época própria <sup>17</sup>.

A omissão pode estar nos motivos ou na parte dispositiva da decisão.

Sob o invocar de haver ponto omissivo no decisório, muita vez, usam-se os embargos declaratórios como meio de viabilizar o prequestionamento em prol da interposição apta de recursos especial e extraordinário <sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> É a opinião, por exemplo, de VICENTE MIRANDA ( op. cit., p. 51), inclusive invocando, em nota da obra, aresto da RTJ 110:384.

<sup>16</sup> Não poderíamos, todavia, deixar de registrar ao leitor decisão, em sentido contrário, do TARS, onde decidiu-se: “Apesar da nova importância que se deu à ementa, não deve prevalecer seu enunciado se há indicação clara da sua parte final que a decisão deu apenas parcial provimento ao apelo do embargante, em consonância com a parte dispositiva da decisão do colegiado” (TA-RS - Ac. un. da 2a. Cam. Civ. de 17-10-96 - AI 196.073.597 - publ. in COAD-Nossos Tribunais n. 30/97, 79264). Naquele julgamento, do voto do relator extrai-se: “As alterações promovidas recentemente na sistemática processual alteram profundamente a importância da ementa do acórdão, pois passou a integrá-lo por força da nova redação do art. 563: ‘Todo acórdão conterá ementa’. Contudo, a realidade dos autos revela que, mesmo fazendo parte integrante da decisão, a própria ementa contradiz-se e, por isso, deve prevalecer o que está expresso na parte dispositiva da decisão colegiada”.

<sup>17</sup> Nesse sentido: “Descabem embargos de declaração para suscitar questões novas, anteriormente não ventiladas” - STJ - 4a. Turma, Resp 1.757-SP, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 13.3.90, v. u., DJU 9.4.90, p. 2.745, 2a. col., em. - cfr. THEOTONIO NEGRÃO, op. cit., art. 535:5.

<sup>18</sup> Cfr. VICENTE GRECO FILHO, op. cit., vol 2, p. 324.

O prequestionamento, como sabido, elenca-se dentre os requisitos de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial <sup>19</sup>, sendo da tradição de nosso direito pátrio, consagrado que está nas Súmulas 282 e 356 do Pretório Excelso <sup>20</sup>.

Vale lembrar, inclusive, que o STJ sumulou o entendimento de que os embargos utilizados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório (Súmula 98).

### **“Embargos dos Embargos”**

Em tese são admissíveis embargos de declaração da decisão proferida em embargos declaratórios anteriores. Para tanto, basta que os vícios que dão ensejo ao remédio (obscuridade, omissão ou contradição) estejam presentes no acórdão dos embargos pioneiros.

Da fonte jurisprudencial, colhe-se:

*“Cabíveis são embargos declaratórios de acórdão prolatado em idêntico recurso, se nele se aponta omissão, dúvida ou contradição. A rejeição pura e simples, por considerá-los inadmissíveis, nega prestação jurisdicional”*<sup>21</sup>.

Na doutrina, VICENTE MIRANDA afirma que “contra a nova decisão declaratória defeituosa cabem novos embargos de declaração visando à correção do novo vício, mas não se pode atacar, por meio de novos embargos, a matéria já solucionada na decisão declaratória precedente, decisão esta isenta de vício” <sup>22</sup>.

Assim, o não admissível é: a) a reprodução nos posteriores embargos de argumentos feitos nos primeiros; ou b) a referência nos segundos embargos a vícios alegados em face da decisão originária, já antes embargada.

---

<sup>19</sup> Sobre o tema do prequestionamento como requisito de admissibilidade dos recursos para os Tribunais Superiores: NELSON LUIZ PINTO, “Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça”, Malheiros, 1992, p. 129; RODOLFO CAMARGO MANCUSO, “Recurso Extraordinário e Recurso Especial”, RT, 1990, p. 120; MARIA STELLA V.S. LOPES RODRIGUES, “Recursos da Nova Constituição”, RT, 1990, p. 25.

<sup>20</sup> Súmula 282 STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada”.

Sum. 356: “O ponto omissivo da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito de prequestionamento”.

<sup>21</sup> RTJ 125/1344 e STF - RT 633/226 - cfr. THEOTONIO NEGRÃO, op. cit., art. 535:7.

<sup>22</sup> Op. cit., p. 47.

## Embargos de decisões interlocutórias e despachos

Vícios de inclareza e imprecisão não são exclusivos de sentenças ou acórdãos. As decisões interlocutórias e os despachos também são passíveis de tais falhas. Ilógico seria não admitir também a medida de embargos de declaração contra esses pronunciamentos do juiz.

Conforme leciona JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, “qualquer decisão judicial comporta embargos de declaração, porque é inconcebível que fiquem sem remédio a obscuridade e a contradição ou a omissão existente no pronunciamento. Não tem a mínima relevância que se trate de decisão de primeiro grau inferior ou superior, preferida em processo de conhecimento (comum ou especial), de execução ou cautelar. Tampouco importa que a decisão seja definitiva ou não, final ou interlocutória”<sup>23</sup>.

É, pois, inaceitável que fique sem remédio a obscuridade, a contradição ou a omissão existentes no pronunciamento judicial, fato que pode até acarretar dificuldades a seu cumprimento e observância.

As decisões interlocutórias e os despachos devem mesmo ser claros e precisos, a fim de que não gerem incerteza ou insegurança jurídica para os jurisdicionados. Defende-se, portanto, a “ampla embargabilidade”<sup>24</sup> dos pronunciamentos judiciais (sentenças, acórdãos, despachos e decisões)<sup>25</sup>.

Poderia a reforma do CPC, em sua linha de esclarecimento de divergências, ter colhido a oportunidade de espantar quaisquer dúvidas sobre essa questão.

### O caráter infringencial dos embargos

Inobstante seu caráter primeiro de medida de esclarecimento da decisão, doutrina e jurisprudência têm admitido, em situações excepcionais, o efeito modificativo dos embargos declaratórios.

Na lição de BARBOSA MOREIRA, temos:

*“Costuma asseverar-se que a decisão sobre os embargos se limita necessariamente a revelar o verdadeiro conteúdo da decisão embargada e não pode trazer inovação alguma. Formulada em termos absolutos, a afirmação comporta reparos. Na hipótese de obscuridade, realmente o que faz o novo pronunci-*

---

<sup>23</sup> “Comentários ...”, op. cit., p. 614.

<sup>24</sup> A expressão é de VICENTE MIRANDA.

<sup>25</sup> Cfr. SONIA MARCIA HASE, op. cit., p. 189.

*amento é só esclarecer o teor do primeiro dando-lhe interpretação autêntica. Havendo contradição, ao adaptar ou eliminar alguma das proposições constantes da parte decisória, já a nova decisão altera, em certo aspecto, a anterior. E, quando se trata de suprir omissão, não pode sofrer dúvida que a decisão que acolheu os embargos inova abertamente: é claro, claríssimo, que ela diz aí mais que a outra”*<sup>26</sup>

Na mesma esteira, comentando o fim modificativo que a medida de embargos pode alcançar, SONIA MARCIA HASE assevera:

*“Essa finalidade anômala do recurso de embargos de declaração ninguém pode contestar. Nessa operação concretizante: o juiz, a fim de harmonizar a proposição contraditória, terá que excluir uma, com a prevalência da outra; ou, então, terá que excluir ambas, com a inserção de nova proposição. Ocorrendo estas hipóteses, de exclusão ou inserção, corrigindo a contradição, o julgamento será modificado. Consequentemente nova decisão será proferida. O mesmo ocorrerá com a omissão. A oposição de proposição nova leva à modificação do julgado proferido, pois o juiz terá de modificar algum ponto de sua decisão, afetado direta ou reflexamente pelo acréscimo da proposição faltante.”*<sup>27</sup>

Segundo NELSON NERY JUNIOR, os embargos declaratórios “podem, excepcionalmente, ter caráter infringente, quando utilizados para: a) correção de erro material manifesto; b) suprimimento de omissão; c) extirpação de contradição”<sup>28</sup>.

Quanto aos denominados erros materiais, é certo que o julgador pode corrigi-los de ofício ou a requerimento da parte, a qualquer tempo - esse é o tratamento do art. 463, I, CPC -, assim, nada obsta que, por razões de instrumentalidade, sejam aqueles suscitados (e retificados), como visto acima, pela via dos embargos de declaração.

Nessa linha, cabem embargos de declaração, por exemplo, para retificar decisão ultra petita<sup>29</sup>, ou, ainda, para obter anulação de julgamento

---

<sup>26</sup> In “Comentários ao Código de Processo Civil”, vol V, Forense, 1978, p. 625.

<sup>27</sup> Op. cit., p. 190.

<sup>28</sup> In “Código de Processo Civil e Legislação Processual Civil extravagante em vigor”, 1a. ed. RT, p. 664.

<sup>29</sup> RSTJ 50/556



em face da omissão do nome do advogado do apelante da pauta<sup>30</sup>.

Assim, tem-se admitido, em caráter excepcional, o uso dos embargos declaratórios com efeito infringente do julgado para situações teratológicas, em casos de nulidades pleno jure.

### **Caráter infringencial (cont...): necessidade de contraditório**

Segundo o texto legal, os embargos são processados sem a audiência das demais partes que não embargaram.

CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, admitindo o caráter infringente dos embargos declaratórios, acrescenta:

*“A modificação do julgado, em casos assim, é absolutamente ilegítima quando feita sem a parte embargada em contraditório. Ainda que nada disponha a lei a respeito, a observância do contraditório nesses casos é de rigor constitucional e viola a garantia do contraditório o julgamento feito sem oportunidade para a resposta do embargado”*<sup>31</sup>

Desta maneira, mesmo sem haver a expressa previsão legal, em prestígio ao princípio do contraditório, de *status* normativo superior (CF, art. 5<sup>o</sup>, LV), se o órgão julgador perceber, pelo teor da impugnação, o caráter infringencial do recurso, deverá oferecer ao recorrido a oportunidade para contra-razões.

Nesse sentido, já se posicionou o STF:

*“Visando os embargos declaratórios à modificação do provimento embargado, impõe-se, considerando o devido processo legal, a ciência da parte contrária para, querendo, apresentar contra-razões. A inobservância dessa formalidade, porque essencial à valia do julgamento, implica transgressão à garantia constitucional do contraditório e assim, ato de constrangimento passível de ser fulminado na via do habeas corpus”*<sup>32</sup>

### **Processamento**

---

<sup>30</sup> TFR - 1a. Turma, AMS 104.105-RJ-EDcl, rel. Min. Dias Trindade, j. 21.10.86, v.u., DJU 12.2.87, p. 1.396, 2a. col., em.

<sup>31</sup> “A reforma do Código de Processo Civil”, 3a. ed., p. 206

<sup>32</sup> STF - Ac. un. da 2a. T., publ. em 15-5-97 - HC 74.7435-3-PR - Rel. Min. Marco Aurélio.

Constatamos, linhas atrás, a natureza recursal dos embargos declaratórios. Desta maneira, como qualquer recurso, os embargos de declaração estarão sujeitos, antes de sua análise de mérito, à indispensável e prévia verificação dos requisitos de admissibilidade (v.g., cabimento, regularidade formal, tempestividade), todos, matéria de ordem pública, verificáveis *ex officio* pelo relator ou pela Câmara.

Importante distinguir, nos embargos de declaração, seu exame de admissibilidade e seu juízo de mérito. Algumas vezes, faz-se confusão entre esses dois momentos distintos do julgamento recursal e diz-se que se nega conhecimento aos embargos por não haver no acórdão qualquer omissão, obscuridade ou contradição. Ora, na verificação, *in concreto*, da existência ou inexistência dos citados vícios de compreensão, em verdade, consiste o próprio exame de mérito do recurso. Existentes tais máculas, dá-se “provimento” aos embargos; inexistentes, nega-se “provimento” ao recurso.

Passemos, em quadro sinóptico, à análise de alguns dos chamados requisitos de admissibilidade dos recursos, em sede dos embargos declaratórios.

**a) Legitimidade** - A regra de legitimação (e também, acrescente-se, de interesse para recorrer) dos embargos é a mesma dos recursos em geral, qual seja, o art. 499, CPC. Segundo o dispositivo, podem interpor esse recurso: a parte vencida, o terceiro prejudicado, e o Ministério Público.

**b) Cabimento** - quanto a esse item, remetemos o leitor a nossos comentários supra.

**c) Tempestividade** - O recurso será apresentado no prazo de cinco dias, contados da intimação da decisão recorrida. Com a reforma do CPC houve uma unificação dos prazos dos embargos de declaração da sentença e do acórdão<sup>33</sup>.

**d) Regularidade formal** - O recurso será apresentado em petição escrita<sup>34</sup>. Nas razões recursais, deve ser apresentado, especificamente, o ponto obscuro, contraditório ou omissivo do *decisum*. A peça é dirigida ao relator do feito ou, cuidando-se de decisão monocrática, ao juiz da causa. Recomendável ser o recurso apreciado pelo mesmo julgador e pelos mesmos juízes de segundo grau prolatadores do ato judicial embargado. Entretanto, o CPC não fez previsão de vinculação do juiz para o caso, não se aplicando, pois, o denominado princípio da identidade física. O pronunciamento

---

<sup>33</sup> Antes o prazo dos embargos da sentença monocrática era de 48 horas.

<sup>34</sup> Exceção seja feita à norma do art. 49 da Lei n. 9.099/95. V. infra “Embargos de Declaração nos Juizados Especiais”

é do órgão e não da pessoa física do juiz <sup>35</sup>.

e) *Preparo* - Os embargos de declaração não estão sujeitos a preparo (art. 536, *fine*, CPC).

## Dos efeitos

Ante o fato de os embargos não transferirem a matéria impugnada ao conhecimento de outro órgão, costuma-se dizer que tais recursos não são dotados de efeito devolutivo <sup>36</sup>.

Todavia, melhor ater-se à noção de devolutividade concebida por ALCIDES DE MENDONÇA LIMA, para o qual o conceito de “devolução” não pode ser considerado apenas quando o julgamento se desloca para outro órgão que não aquele prolator da decisão.

Diz o mestre:

*“Em última análise, o que o recorrente pretende é promover outro pronunciamento do Poder Judiciário em face da matéria decidida - quer circunscrita apenas a um ponto da causa (como acontece, em regra, nos agravos e, às vezes, nos embargos), quer em amplitude (como, habitualmente, na apelação) - por intermédio do órgão competente. Esse, normalmente, é outro que não o a quo, mas poderá ser, excepcionalmente, o mesmo. A devolução, assim, deve ser entendida em face do Poder Judiciário, em sua estrutura e em sua unidade: o recorrente provoca, novamente, a manifestação do Poder Judiciário a respeito da matéria controvertida, por via do recurso hábil. Com esta solução simples e prática, afastam-se as digressões e divergências, doutrinárias e técnicas, sobre quais os recursos que ensejam, ou não, a devolução. Todos, por este raciocínio, devolvem o conhecimento nos limites estabelecidos em lei para cada espécie.”* <sup>37</sup>

Sob essa ótica, os embargos têm também efeito devolutivo sobre a matéria impugnada.

Antes do advento da Lei n. 8.950/94, o recurso tinha o efeito suspensivo dos prazos dos outros recursos. Ou seja, no passado, interpostos os

---

<sup>35</sup> Nesse sentido: VICENTE MIRANDA, op. cit., p. 69; e SONIA HASE BATISTA, op. cit., p. 189.

<sup>36</sup> É o que afirma, por exemplo, VICENTE MIRANDA, op. cit., p. 71.

<sup>37</sup> Introdução aos Recursos Cíveis, RT, 1976, p. 286.

embargos, uma vez julgados, o prazo recomeçava a fluir, mas apenas pelo seu “saldo”, pelo lapso de tempo restante.

Hoje, segundo a regra do art. 538, CPC, ocorre a “interrupção” do prazo. Em outras palavras, recebidos os embargos, “zera-se” o prazo do recurso subsequente, que é contado de novo, em sua inteireza.

O dispositivo deixa claro que o efeito da interrupção alcança qualquer das partes.

Destaque-se, contudo, que a interrupção do prazo, para a parte que não recorreu, é exclusiva para os outros recursos, que não os próprios embargos declaratórios. Antes do advento da reforma do CPC, que instituiu a eficácia interruptiva dos embargos de declaração, já havia decidido o Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

*“Embargos de declaração. Suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, salvo para os embargos declaratórios opostos pela outra parte, que não se beneficia desse efeito suspensivo”*<sup>38</sup>

## **O art. 538 do CPC e os embargos no processo penal**

O recurso sob comento tem incidência também em sede de jurisdição penal.

O CPP - curiosamente, nos moldes do que fazia o CPC antes de sua reforma (v. item supra) - traz, em dois momentos distintos, a previsão do recurso de embargos de declaração:

a) no art. 382, fora do capítulo dos recursos, cuidando dos embargos à sentença;

b) nos arts. 619 e 620, agora já no capítulo dos recursos, referindo-se à medida contra os acórdãos;

A norma processual penal não traz detalhes acerca da eficácia do recurso.

Antes, todavia, já se entendia que, embora o CPP não dispusesse de regra própria, os embargos do processo penal suspendiam o prazo dos demais recursos<sup>39</sup>. A regra do CPC referente à suspensão, por analogia (art. 3o. CPP), era aplicada nos embargos de matéria criminal<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> Recurso Extraordinário no. 108.752 - RJ, RTJ 118/379.

<sup>39</sup> Nesse sentido: RT 643/296.

<sup>40</sup> Cfr. DAMÁSIO E. DE JESUS, “Código de Processo Penal Anotado”, Saraiva, 1oa. ed.,

Diante da nova redação do art. 538 do CPC, que abraçou, como vimos, a eficácia interruptiva daqueles prazos, podemos entender, mantido o conhecido raciocínio analógico, que, no processo penal, interpostos embargos declaratórios, hoje, o prazo para os outros recursos fica interrompido <sup>41</sup>.

Esse aplicação subsidiária, todavia, não terá vez em sede de Juizados Especiais Criminais, onde, por disposição expressa (§ 2o., art. 83, Lei n. 9.099/95), o prazo de outros recursos, diante da interposição do embargos, fica suspenso. Há de valer, no caso, norma específica e posterior à Lei n. 8.950/94 <sup>42</sup>

## **Embargos de declaração nos Juizados Especiais Cíveis**

A Lei n. 9.099, de 26.9.95 (LJE), que instituiu os Juizados Especiais Cíveis, dando efetividade ao comando constitucional do art. 98, I da Lei Maior, trouxe uma sistemática recursal própria.

A lei, inclusive, adota um recurso (inominado) - que não se confunde com a apelação prevista no CPC-, cabível contra as sentenças proferidas por aquele juízo especial. (art. 41 LJE).

Existem também ali embargos de declaração cabíveis contra sentenças monocráticas e acórdãos da Turma Recursal (art. 48 LJE).

O tratamento dado ao recurso, entretanto, é diverso do estabelecido no CPC, por nós acima comentado.

Embora o prazo - também unificado - seja o mesmo (5 dias), podemos, detectar, na sistemática da lei especial, as seguintes diferenças:

a) além de cabíveis contra obscuridade, omissão e contradição, a “dúvida” ali ainda persiste como requisito de admissibilidade dos embargos (art. 48, fine);

b) poderão ser interpostos oralmente (art. 49);

c) os embargos continuam com sua eficácia meramente suspensiva do prazo dos demais recursos, contrapondo-se ao CPC que, como vimos, com sua reforma, abraçou a eficácia interruptiva daqueles prazos.

---

p. 229.

<sup>41</sup> Cfr. ADA PELLEGRINI GRINOVER e outros, in “Recursos no Processo Penal”, op. cit., p. 236. Contra, entendendo que a eficácia deve ser suspensiva, haja vista a aplicação analógica do § 2o. do art. 83 da LJE, WALBERTO FERNANDES DE LIMA, “Embargos de Declaração no Processo Penal: Suspendem ou interrompem o prazo para a interposição de outros recursos?”, Bol. IBCCRIM n. 54, maio/1997, p. 9.

<sup>42</sup> Cfr. ADA PELLEGRINI GRINOVER e outros, in “Recursos no Processo Penal”, op. cit., p. 237.

Em sede de processo de causas cíveis de menor complexidade (art. 3o., LJE), aplicam-se, portanto, no que tange aos embargos declaratórios, as disposições específicas - ainda que defasadas -, da Lei n. 9.099/95.